

gestão pública

As metas da educação



Benjamin Ribeiro*



Composição de imagens
Timur1970 e José A. Warletta

Análise divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a população brasileira ainda levará cinco anos para atingir a escolaridade mínima prevista originalmente na Constituição Federal, ou seja, Ensino Fundamental completo ou oito anos de estudo. Os dados estão baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domí-

cílios (Pnad/IBGE) de 2009. A média de anos de estudo da população com mais de 15 anos de idade foi de 7,5. De 1992 a 2009, a ampliação anual foi de 0,14. O crescimento, no entanto, se deu de forma desigual nas diferentes regiões do país.

O estudo mostra, ainda, que o acesso de crianças às creches no Brasil continua baixo. Em 2009, apenas 18,4% da população até três anos de idade estava na escola. Pela avaliação do Ipea, o percentual é baixo, já que o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2000, previa que essa taxa chegasse a 30% em 2006. Porém, o crescimento, entre 1995 e 2009, foi de 0,81% ao ano. Segundo o estudo, o acesso também varia de acordo com a cor da criança, o local onde ela vive e a renda da família.

Os números do Ipea demonstram a defasagem da educação brasileira, pois, em 2009, apenas 14,4% da população de 18 a 24 anos, a faixa etária esperada para o ingresso na educação superior, estava matriculada nessa etapa de ensino. Esse fato se deve aos entraves observados no fluxo escolar dos ensinos Fundamental e Médio, que contam com elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão.

Como se vê, os números demonstram não só a defasagem do ensino no Brasil como também as grandes desigualdades da educação nacional. Os 20% mais ricos têm o dobro de anos de estudo na comparação com os 20% mais pobres. A pesquisa não leva em conta a nova emenda constitucional, aprovada em novembro

de 2009, que prevê o ensino obrigatório dos quatro aos 17 anos.

Enquanto as metas traçadas anteriormente não foram cumpridas, parlamentares governistas e oposicionistas se declaram preocupados com a demora no envio ao Congresso da proposta do novo Plano Nacional de Educação, que deverá vigorar de 2011 a 2020. Poderemos ficar sem metas e sem formas de aferição de resultado.

Aliás, a escola particular, embora tenha procurado as autoridades responsáveis pelo planejamento educacional e tenha muita contribuição a dar para a melhoria da qualidade do ensino do país, simplesmente foi ignorada. Nós, representantes do setor privado, não tivemos voz nem vez. Eles não entendem que a educação não é pública nem particular, é do Brasil, e toda a sociedade deveria participar do planejamento, dando sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do país.

O problema da educação brasileira não é falta de recursos, mas sim de gestão. A população acaba de escolher sua nova presidente, que, com certeza, nomeará seus ministros. Com isso, os novos dirigentes terão que trabalhar com um planejamento elaborado no fim do governo anterior. Será que as propostas são as mesmas? Não seria melhor ter um projeto de continuidade administrativa, sem mudar ao sabor da eleição dos novos mandatários? ■

*Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieesp)

benjamin@einstein24h.com.br

